

Ocupante de cargo público terá de abrir mão de sigilo bancário

Em votação terminativa, Comissão de Justiça aprova revisão anual "plena e comparativa" das declarações de rendimento e dos sinais exteriores de riqueza dos políticos



A Comissão de Justiça aprovou projeto por unanimidade

Suplicy pede apoio à CPI dos bancos

Os senadores que pensam em retirar suas assinaturas do requerimento de criação de uma CPI para apurar a atuação do Banco Central na fiscalização e controle das instituições financeiras "devem refletir bem antes de atender à orientação do governo".

Apelo nesse sentido foi feito ontem pelo líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), com o argumento de que a comissão de inquérito poderá até encontrar uma forma mais eficiente de controle das instituições financeiras, sem risco de desestabilização do sistema financeiro.

Suplicy alertou que somente a CPI poderá investigar se o caso Banco Econômico "não foi uma operação planejada para saquear os cofres públicos".

NESTA EDIÇÃO

Ademir quer investigar luta no campo

Página 2

Plenário aprova convenções

Página 4

Ministro vem explicar a privatização

Página 2

Quem for ocupar cargo público, eletivo ou de direção, terá automaticamente aberto o seu sigilo bancário, como forma de facilitar eventuais investigações sobre enriquecimento ilícito. A medida está prevista em projeto aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Se não houver recurso para votação em plenário, o projeto será encaminhado diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto torna obrigatório que a Secretaria da Receita Federal faça uma revisão anual "plena e comparativa" das declarações de rendimento e dos sinais exteriores de riqueza dos detentores de mandato eletivo, dirigentes par-

tidários, ministros, secretários de Estado e demais dirigentes de órgãos e empresas públicas e de economia mista.

A quebra automática do sigilo bancário da autoridade pública foi introduzida por emenda de iniciativa do senador Gerson Camata (PMDB-ES), acolhida no parecer favorável do relator Roberto Freire (PPS-PE), aprovado por unanimidade pela Comissão.

Freire esclarece, no parecer, que a abertura do segredo bancário desejado "não porá às escâncaras a vida privada dos cidadãos visados, mas apenas facilitará o acesso à sua vida financeira, por órgãos e funcionários do Estado igualmente obrigados ao dever do sigilo".

■ **Leia mais sobre decisões da CCJ na página 2.**

ACM confia em solução para o Banco Econômico

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestou ontem sua confiança em que o governo logo encontrará uma solução final para o Banco Econômico, ao relatar em plenário os acontecimentos que culminaram na intervenção do Banco Central.

Antonio Carlos responsabilizou o Banco Central e os próprios dirigentes do Banco Econômico pela situação difícil vivida pela instituição. Segundo o senador, muitos recursos seriam economizados



Antonio Carlos

se o Banco Central tivesse instaurado o regime especial de administração temporária meses atrás, com a desapropriação das ações a preço simbólico.

O pronunciamento de Antonio Carlos reuniu no plenário boa parte da bancada federal da Bahia e foi recebido como "uma oração de serenidade" pelo líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES). Antonio Carlos foi apartado também pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Freire (PPS-PE).

Polícia Federal e Inbra terão de esclarecer conflitos em RO

Comissão de Justiça aprova convocação de dirigentes dos dois órgãos para prestar informações sobre massacre de posseiros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) convocando o diretor do Departamento de Polícia Federal (DPF) e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) para prestar esclarecimentos à comissão em torno dos episódios ocorridos no último dia 9 em Corumbiara, Rondônia, que resultaram no massacre de nove pessoas.

O senador Íris Rezende (PMDB-GO), presidente da CCI, vai entrar em contato com o delegado Vicente Cheloti e o dirigente do Inbra, Brasílio de Araújo Neto, para agendar a data em que deverão comparecer à comissão.

À tarde, em pronunciamento feito no plenário, Ney Suassuna reportou-se à convocação dos dirigentes do Inbra e do DPF, esclarecendo que o objetivo do debate é encontrar

soluções para os sangrentos conflitos de terra que têm ocorrido no país.

Outro requerimento encaminhado pelo senador da Paraíba convoca os ministros da Agricultura e da Justiça a prestar informações sobre os recentes massacres de Rondônia e Pará.



Íris Rezende

Ademir cobra investigação de conflito em Marabá

Entidades de defesa dos direitos humanos e a Central Única dos Trabalhadores, segundo informou ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), enviarão uma representação ao secretário de Segurança Pública

do Pará contra dois policiais civis acusados de matar três posseiros na fazenda Pastoriza, em Marabá.

O policiais Gilmar Araújo e



Ademir

Antônio Paulo Rodrigues de Oliveira, conforme o senador, entraram na fazenda no dia 6 de agosto com a intenção de expulsar posseiros da área, sem ordem judicial ou determinação do delegado de

Marabá. Os posseiros teriam sido atingidos ao fugir para as matas. Na representação, as entidades pedem o afastamento do delegado de Marabá.

Ministro explicará privatização

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, confirmou que comparecerá à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em data ainda a ser marcada, para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização do setor de telecomunicações. A informação foi transmitida ontem pelo presidente da Comissão, senador José Agripino (PFL-RN). A convocação do ministro, juntamente com a do presidente da Embratel, Lélvio Viana Lobo, foi requerida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI) e aprovada na reunião da semana passada.

A pedido do relator, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), foi adiada para a próxima semana a apreciação, na Comissão de Infra-Estrutura, do projeto de lei que desburocratiza e moderniza o Código de Mineração. Bezerra argumentou que, embora com o seu relatório pronto, vai examinar emendas apresentadas pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

15h - Recebe o deputado Jair Soares (PFL-RS) e o presidente do TRT/RS, Ronaldo Lopes Leão.

20h30 - Assiste a concerto do Quinteto de Montecarlo.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a PEC nº 17/91, que eleva o limite de idade para aposentadoria compulsória, de 70 para 75 anos. (Segundo dia de discussão, em segundo turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 264/95, do presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal, o nome do diplomata Antonio Ferrel da Rocha, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Haiti; e comparecimento do ministro Celso Amorim, embaixador-chefe da Delegação Permanente do Brasil junto a ONU, para trazer ao conhecimento da comissão, os temas que serão abordados na próxima Assembleia Geral da ONU, e as teses que o Brasil defenderá. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de projetos, destacando-se: "PLS nº 144/95 (terminativo), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, destinado às comemorações do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares; e "PLS nº 47 (terminativo), que institui o prêmio Ulysses Guimarães do mérito democrático. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Requerimento do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestarem esclarecimentos, individualmente, à Comissão de Fiscalização e Controle os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao "Jornal do Brasil", em 27.02.95, na seção "Negócios e Finanças", página 6, sob o título "Ciro diz que montadora dribla IR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta a esta comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de projetos, destacando-se: "PLC nº 28/95 (não terminativo), que altera dispositivos da Lei nº 3.820/60, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia; e "PLC nº 140/94 (não terminativo), que regulamenta a profissão de arqueólogo, e dá outras providências. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Simon pede referendo para privatizações e reformas

Senador lembra que consulta vem sendo cada vez mais usada no mundo, condena a venda da Vale do Rio e recebe apoios

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a regulamentação do referendo para as decisões importantes do Executivo ou do Legislativo. Ele disse que este instrumento vem cada vez sendo mais utilizado no mundo e lembrou que o governo italiano decidiu sobre a legalização do aborto depois de ouvir os eleitores.

"O governo quer privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Acho isso uma loucura. Este é um assunto que só deveria ser

decidido por referendo." Pedro Simon manifestou apoio a proposta da senadora Júnia Marise (PDT-MG), que pretende submeter a referendo toda mudança constitucional.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou que se encontra na ordem do dia do Senado projeto de sua autoria determinando que a CVRD só será privatizada depois de autorização do Congresso.

Já o senador José Ignácio (PSDB-ES) previu: "Dentro de

um a dois anos, o Brasil já terá condições de implantar a "democracia direta", onde o cidadão se manifestará, em equipamentos de alta tecnologia, sua posição sobre assuntos polêmicos".

Segundo Ignácio, isso será possível graças ao avanço dos sistemas de telecomunicações no país. Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Bernardo Cabral (PP-AM) também apoiaram a idéia de Pedro Simon.

Rocha destaca apuração de denúncia

A presteza com que o Senado agiu na apuração de denúncias sobre superfaturamento de preços para colocação de novos carpetes no Anexo 2 da Casa foi ressaltada ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). "A comissão de sindicância instalada pelo presidente José Sarney foi ágil e diligente", disse, observando que dentro do prazo exigido foi publicado o parecer da comissão no *Diário do Congresso Nacional*.

O senador destacou a atuação da Comissão Diretora do Senado e da própria imprensa, por ter cobrado uma postura do Senado diante das denúncias e proporcionado à sociedade brasileira essa demonstração de transparência na administração pública, mas lamentou que, lendo o relatório, tenha concluído que a denúncia procedia.

Sebastião Rocha esclareceu, ainda, ao plenário que votou contra o parecer favorável do relator à proposta de emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, aprovado dia 22 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, embora seu nome não tenha sido citado na edição de ontem do *Jornal do Senado*, na matéria "Comissão aprova quebra do monopólio da Petrobrás".

Calheiros assume a presidência da CNEC

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) assumiu ontem a presidência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), uma instituição que mantém em todo o país 1.002 escolas de primeiro e

segundo grau, seis escolas de ensino superior, 370 mil alunos e 22.310 professores, além de uma rede de fazendas-escolas, centros comunitários

os rurais e microempresas comunitárias.

Ex-aluno da CNEC, Renan Calheiros manifestou em plenário sua convicção de que os problemas da educação no Brasil só se resolverão com a participação da comunidade. "A prova mais cabal está na ponta do lápis: o custo mensal de manutenção de um aluno da CNEC é de R\$ 15,00 em comparação com R\$ 75,00 na rede pública", afirmou.



Renan Calheiros



Sarney recebe membros da Defensoria Pública

Sarney promete apoio a defensores públicos

Ao receber na manhã de ontem defensores públicos de todo o país que vieram defender a derrubada dos vetos apostos pelo então presidente Itamar Franco à lei de regulamentação da carreira, o presidente do Senado, José Sarney, prometeu apoiar a restauração do texto original votado pelo Legislativo.

Em nome da Defensoria Pública Geral da União, Antonio Jurandy Porto Rosa, disse que a restauração dos artigos vetados pelo presidente da República implicará em facilitar a 70 milhões de brasileiros o acesso à Jus-

tiça.

LIVRE COMÉRCIO

Sarney prometeu apoiar os esforços que a bancada de Mato Grosso vem fazendo para que o presidente da República sancione a lei que cria uma zona de livre comércio na cidade de Cáceres.

Acompanhado do senador Júlio Campos (PFL-MT) e de políticos da região, o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, disse ao presidente do Senado que a criação desta área é da maior importância para alavancar o turismo em seu estado.

Júnia pede recursos para Metrô de BH

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) cobrou a liberação de recursos para a conclusão do metrô de Belo Horizonte. Ela informou que, dos quase R\$ 100 milhões de reais previstos no orçamento para execução da obra, apenas R\$ 2 milhões foram liberados até o momento.

- O metrô é compromisso do governo federal com a população da capital mineira - afirmou.

Aprovada convenção da OIT que prevê liberdade sindical

Plenário aprova também convenção internacional que proíbe o emprego de armas incendiárias contra populações civis

O plenário do Senado aprovou ontem a Convenção nº 87, relativa à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, e o Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Brasil e a Bulgária.

Adotado em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da OIT, o texto da Convenção nº 87 relativa à liberdade sindical ga-

rante o direito concedido aos trabalhadores e empregadores de instituir e reger organizações destinadas a defender os seus interesses.

O plenário aprovou ainda o texto da Convenção que proíbe o emprego de armas convencionais que podem ser consideradas como excessivamente lesivas ou geradoras de efeitos indiscriminados, adotada em Genebra, em 1980.

A convenção restringe o uso

de minas terrestres a "objetivos militares", proibindo seu emprego contra a população civil. Veda ainda o uso de armas incendiárias contra populações civis e o emprego de armas que firam por meio de fragmentos que não possam ser detectados através de raios X.

O projeto de decreto legislativo que autoriza a alienação pelo governo federal de 4.235 hectares em Mato Grosso também foi aprovado pelo Senado.



Benedita da Silva

Benedita apela por autonomia de Timor Leste

A adoção de um posicionamento mais enérgico por parte do governo brasileiro em favor da independência do Timor Leste foi defendida ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que dirigiu apelo nesse sentido ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro das Relações Exteriores.

A senadora destacou a necessidade de que o Brasil demonstre, de forma mais efetiva, sua solidariedade à luta pela autonomia do Timor Leste, dentro da tradição da política externa brasileira de compromisso com a garantia de autodeterminação dos povos.

Segundo Benedita da Silva, a riqueza mineral do Timor - que está entre os vinte maiores produtores de petróleo do mundo - é o motivo do interesse de potências estrangeiras em impedir a independência do país, e um terço da população já morreu na luta pela emancipação, cujos principais oponentes são a Indonésia e a Austrália.

Encontro de partidos políticos

O presidente nacional do PSDB, senador Arthur da Távola (RJ), estará representando o Brasil na primeira reunião que analisará a situação dos partidos políticos nas Américas do Sul, Central e do Norte. O encontro será realizado amanhã e sábado na cidade de Marbella, no Chile.

O PSDB foi o único convidado brasileiro porque, na avaliação do organizador do evento, o Instituto Nacional Democrata para Assuntos Internacionais, é o primeiro partido político "de verdade" a eleger um presidente da República no país. Arthur da Távola fará palestra em que explicará o processo de democratização interna que vem sendo desenvolvido no PSDB.



Participantes do encontro internacional sobre direito à vida

Direito à vida ganha rede internacional

A criação de uma rede internacional de informações sobre o direito à vida, com a participação dos países do Mercosul e a Itália, e com a possível adesão de Portugal, França e Espanha, foi decidida ontem à tarde, ao término do II Encontro Internacional sobre Direito à Vida e Informática Jurídica, organizado pela Subsecretaria de Análise do Senado, em colaboração com a Universidade

Latino-Americana e do Caribe e com o patrocínio do Consiglio Nazionale delle Ricerche, da Itália.

No período da manhã, foram realizadas exposições e debates em torno do tema "Rede de Documento Informatizada sobre o Direito à Vida", com a participação de pesquisadores, cientistas brasileiros e italianos e do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Azeiteiro ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.